

Rio diz que não paga por "total impossibilidade"

23 NOV 1989 AZUL MERCANTIL

por Livia Ferrari
do Rio

Do lado econômico, os argumentos apresentados por assessores do governador Wellington Moreira Franco para o não pagamento, em 1989, de 25% da dívida estadual vencida e a vencer contraída com aval da União são concretos e pragmáticos: "A total impossibilidade material de fazê-lo", afirma o secretário estadual de Planejamento, Victório Cabral, ao considerar que "propor uma medida dessa é desconhecer completamente a realidade dos orçamentos dos estados".

Em seu entender, os orçamentos estaduais não terão, em 1989, 1990 ou 1991, nenhum benefício líquido da transferência tributária prevista pela nova Constituição. Isso porque os estados cobrem seus déficits com recursos de títulos de suas dívidas internas. A maior transferência tributária apenas reduz o déficit — "não acaba com ele" — e, conseqüentemente, dimi-

nui também a emissão de títulos. "Com isso, seu efeito líquido é zero", destaca Cabral, ao lembrar ainda que, "a despeito disso, existe a operação-padrão, que cancela verbas federais que suportam, hoje, vários programas estaduais".

Com base nesse quadro traçado por Cabral, o governador do Rio reúne-se hoje, em Brasília, com os demais governadores do PMDB, levando a proposta de amortização anual de 10% do total da dívida estadual (incluindo aí as dívidas do Metrô, de US\$ 1,4 bilhão desse total, cerca de 98% são dívidas efetivamente vencidas). Atualmente o Estado do Rio amortiza 25% do total das pequenas dívidas, deixando de fora as amortizações das dívidas contraídas pelo Metrô (que representam quase 95% do total do endividamento). "Isso é o máximo que o estado tem condições de assumir", destaca o secretário estadual de Planejamento.